

	<p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p>
<p>Despacho</p>	<p>NP: rgv3kgwf SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 25/02/2015 Projeto de lei nº 18/2015 Protocolo nº 147/2015 Processo nº 45/2015</p>
<p>Autor: Dep. Oscar Bezerra</p>	

Dispõe sobre política de prevenção e resolução da escassez de água, no âmbito do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual de Mato Grosso, autorizado a implantar no âmbito do Estado, política de prevenção e resolução da escassez de água, através de estudos científicos, projetos executivos e ações ambientais que possam preservar e/ou recuperar os mananciais existentes no território mato-grossense, como medida de preservar nossos recursos hídricos para as presentes e futuras gerações.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei através de decreto, no que for necessário para que essa norma tenha eficácia jurídica e social.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 24 de Fevereiro de 2015

Oscar Bezerra
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

Trata-se de proposição legislativa, na modalidade de Projeto de lei Ordinária que tem por fim, autorizar o Poder Executivo Estadual, a implantar no âmbito do Estado, política de prevenção e resolução da escassez de água, através de estudos científicos, projetos executivos e ações ambientais que possam preservar e/ou recuperar os mananciais existentes no território mato-grossense, como medida de preservar nossos recursos hídricos para as presentes e futuras gerações.

Segundo Jean Jaques Rosseau, " **o grande legislador é aquele que antecipa os fatos.**"

A presente iniciativa, tem exatamente esse propósito, **antecipar os fatos**, através da execução de políticas públicas ambientais, para que possamos evitar um quadro de crise hídrica no Estado de Mato Grosso, pois, sabemos que em decorrência dos inúmeros cenários de degradação ambiental, que encontram-se os mananciais mato-grossenses, podemos a curto prazo viver um estado de crise hídrica, desabastecendo e afetando a vida de milhares de pessoas.

É de notório conhecimento, que o Brasil é dono do maior potencial hídrico do planeta, porém, corre o risco de chegar até o final de 2015 com problemas de abastecimento de água em mais da metade dos municípios brasileiros, segundo aponta através de estudo pelo Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água, lançado recentemente pela Agência Nacional de Águas (ANA).

O aludido estudo mapeou as tendências de demanda e oferta de água nos 5.565 municípios brasileiros e estimou em R\$ 22 bilhões o total de investimentos necessários para evitar a crise hídrica.

Diz o estudo: ***“A maior parte dos problemas de abastecimento urbano do país está relacionada com a capacidade dos sistemas de produção, impondo alternativas técnicas para a ampliação das unidades de captação, adução e tratamento”.***

Segundo diretor-presidente da Agência Nacional de Água, como atualmente mais de 90% dos domicílios brasileiros têm acesso à rede de abastecimento de água, a escassez parece uma ameaça distante, como se não fosse possível haver problemas no futuro. ***“Existe uma cultura da abundância de água que não é verdadeira, porque a distribuição é absolutamente desigual. O atlas mostra que é preciso se antecipar a uma situação para evitar que o quadro apresentado [de déficit] venha a ser consolidado”.***

No que pese **Mato Grosso aparentar estar em um estado de abundância de água, especialistas dizem que em 10 anos, nosso Estado pode enfrentar uma crise hídrica, em decorrência do uso e ocupação do solo de forma irracional, e, em decorrência da degradação das nascentes e dos nossos rios.**

O aludido alerta foi feito anunciado no dia 09 de fevereiro de 2015, pelo presidente do Comitê do Rio Sepetuba e especialista em recursos hídricos, Décio Siebert, em entrevista publicada pelo jornal “A Gazeta”.

Segundo Décio Siebert, sem ações mais efetivas de recuperação das bacias hidrográficas e de recuperação das nascentes, alguns municípios já enfrentam racionamento de água desde 2013. Para Siebert, a situação de Mato Grosso já pode ser considerada de alarme, pois os problemas envolvem não só a quantidade de água disponível, mas também a qualidade de água oferecida para a população, por causa das contaminações por esgoto, fertilizantes e defensivos agrícolas.

"Hoje Mato Grosso é exportador de água, mas se continuar nesse ritmo de degradação, em menos de 10 anos ?sofreremos com graves problemas de falta de água, em uma situação idêntica a de São Paulo" – prevê Décio Siebert, para quem “o cenário é preocupante”.

Segundo o professor Décio, mesmo com a criação em 1997 da Política Nacional de Resíduos Sólidos pouca coisa foi feita no Estado para impedir que o crescimento econômico tivesse impacto direto nos recursos hídricos. Essa política tem entre seus objetivos a proteção e a preservação dos recursos hídricos e que aponta mecanismos para a garantia de água disponível para essa e para as futuras gerações.

“Infelizmente estamos caminhando para uma situação que se não forem tomadas as providências necessárias não terá volta. Se falamos em problemas pontuais em algumas regiões no estado, mas esses problemas deixaram de ser pontuais. A vazão dos rios está diminuindo a cada ano. Existe uma impressão de que não se tem problemas por causa do grande volume de água. E infelizmente os recursos hídricos não são prioridade para o Governo”, destaca Décio Siebert.

Segundo o aludido especialista, um dos casos preocupantes acontece no Rio Araguaia. Áreas de até 367 quilômetros quadrados indicam o crescimento da desertificação na região daquela bacia. O pasto e a soja estão entre os culpados pelo problema que está sendo estudado por pesquisadores da Universidade Federal de Goiás, que acompanha há mais de uma década o processo de desertificação na parte sul da Alta Bacia do Rio Araguaia, situada na entre os estados de Goiás e Mato Grosso, e mostra que o problema vem aumentando. Os principais vilões são a monocultura da soja e a formação de pastos para a criação de gado que extinguem a vegetação nativa.

Desse modo, Excelências, não restam dúvidas, da necessidade de anteciparmos os fatos, no sentido de criarmos políticas públicas ambientais nesse sentido, como medida de prevenir uma futura escassez de água no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Assim, deve a presente proposta ser discutida com toda sociedade mato-grossense, principalmente com os especialistas de recursos hídricos, através de audiências públicas, para que possamos moldar um conjunto de regras adequadas que possam efetivamente proteger e manter nossos recursos hídricos existentes no Estado de Mato Grosso, como medida de preservar essas riquezas naturais para as presentes e futuras gerações.

Posto isto, é a síntese fática necessária para justificar a presente iniciativa legislativa.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbours” em 24 de Fevereiro de 2015

Oscar Bezerra
Deputado Estadual